Lula nega, mas Fazenda vaza plano B

Karla Correia

BRASÍLIA. Em dia de "metamorfose ambulante", o governo atua em duas frentes. Numa última cartada do Palácio do Planalto antes de enfrentar a votação da CPMF no plenário do Senado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mobilizou ontem uma força-tarefa de governadores aliados e da oposição na tentativa de virar votos a favor da prorrogação do tributo, nos momentos finais da batalha travada no Congresso. Com uma das mãos, o governo acena aos governadores com as benesses contidas no PAC da Saúde. O programa apresentado ontem prevê investimentos de R$ 88,6 bilhões ao longo dos próximos quatro anos, dos quais R$ 24 bilhões diretamente vinculados à existência da CPMF. Com a outra mão, a equipe econômica lança a ameaça. O plano B do governo, para o caso da extinção do tributo prevê, entre outras medidas, o aumento de impostos por decreto e o cancelamento do pacote da política industrial, que previa R$ 5 bilhões em desonerações

No discurso oficial, entoado no gabinete presidencial e em outras esferas, o governo nega a existência de alternativas para cobrir o rombo de R$ 40 bilhões que o fim da CPMF provocaria na arrecadação da União. Mas senadores que têm sido alvo do assédio do governo por votos contam que o plano de emergência desenhado no Ministério da Fazenda inclui o aumento, por decreto, das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que incide sobre operações de crédito, seguro, câmbio e valores mobiliários, e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O próprio presidente Lula ontem, negou o plano B.

– O Corinthians tinha um plano B e olha aí no que deu, – ironizou o Lula, depois de almoço com o presidente de El Salvador, Elías Antonio Saca González.

– No caso da CPMF, não tem isso, não tem história de plano B.

A avaliação, tanto no Planalto como na bancada governista do Senado, é que o governo ainda não conta com os votos necessários. A preocupação instalada no governo se refletiu no tom emocional dos discursos da cerimônia de lançamento do PAC da Saúde. "Pai" da CPMF, o ex-ministro da Saúde Adib Jatene, chegou a chorar. Dois governadores, Sérgio Cabral (RJ) e Eduardo Campos (PE) fizeram seus apelos ao Senado pela aprovação do tributo. Assim como o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT), e o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT).

Lula, por sua vez, fez um *mea culpa* por ter trabalhado, no passado, contra a CPMF. Disse que é mais fácil estar na oposição do que ser governo. E condicionou o progresso do PAC da Saúde à manutenção do tributo.

– Prefiro ser considerado uma metamorfose ambulante por estar mudando na medida em que as coisas mudam –, disse ao explicar sua mudança de posição.

– Eu só espero que todos tenham juízo e não atrapalhem o que o Brasil levou três décadas para conquistar, o que é um momento de muito otimismo. Em algum momento os senadores vão ter de apertar o botão. O que deve prevalecer é que o ganhador seja o povo brasileiro. O ganhador seja o mais humilde.

Praticamente esgotadas as possibilidades de negociar com os senadores no varejo, com a oferta de cargos e liberação de emendas, o governo se dispôs, nos últimos dias, a investir em medidas que vão ao encontro das primeiras reivindicações apresentadas por senadores da oposição, ainda no início das movimentações em torno da CPMF.

Na terça-feira, aprovou na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) projetos impondo limite ao poder de endividamento da União e ao crescimento das despesas dos três Poderes com folha de pagamento. Ontem, cedeu à reivindicação de maior fatia da CPMF para a Saúde e prometeu, como parte do PAC da Saúde, injetar R$ 6 bilhões adicionais da receita do tributo, o equivalente a 15% da arrecadação prevista para 2008, no setor.

Tem mais. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem mencionado a interlocutores no Senado a disposição do governo de estender o limite que seria implantado ao crescimento dos gastos com pessoal às despesas correntes da União. Um dos congressistas que ouviram a promessa, o senador Jefferson Peres (PDT-AM), antes indeciso, se disse satisfeito com as intenções do governo e proclamou seu voto a favor da CPMF. Trabalha, agora, para virar o voto do colega de partido Osmar Dias (PR).

ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

Em discurso, Lula reconhece que fazer oposição é mais fácil